

RESENHA - GENETTE, GÉRARD. *PARATEXTS - THRESHOLDS OF INTERPRETATION.*

Ricardo Jorge de Lucena Lucas

O que é um texto? Essa é uma questão um tanto quanto difícil de ser respondida em poucas páginas, tendo em vista a quantidade de acepções possíveis nas mais diferentes áreas de estudo das Ciências Humanas. Enquanto vários estudiosos se detêm nas explicações possíveis dentro de cada área, seguiremos um percurso diferente, na companhia do professor francês Gérard Genette, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O motivo dessa escolha é o recém-lançamento, pela Cambridge University Press, da tradução americana de *Seuils*, de 1987, intitulada *Paratexts - thresholds of interpretation*. Aqui, não se fala de textos, mas sim daquilo que Genette chama de “paratextos”.

Antes de entrarmos no cerne da questão, é preciso apresentar ao leitor brasileiro aquilo que é um dos objetos de estudo do professor: o conceito de *transtextualidade*. A preocupação de Genette não é com o texto em si, mas sim com o modo pelo qual percebemos o texto e como, conscientemente ou não, o relacionamos numa rede textual que lhe é maior.

As teorias de Genette extrapolam os limites da crítica literária. Seus conceitos principais são considerados como pontos de passagem na análise dos enunciados jornalísticos (Mouillaud, 1997: 99-116) e das imagens (Zunzunegui, 1995: 87-92). Porém, a amplitude de seu ideário pode se estender, sem problemas, para além desses campos citados, contribuindo para um novo posicionamento perante os textos, do ponto-de-vista da informação e da comunicação.

Genette parece ter como dúvida, até certo ponto, as leituras que fez de Paul Valéry. Vejamos o que o poeta francês diz, em relação à Poética, num dos textos de *Variédales*: “é impossível reunir, em um mesmo estado e na mesma consideração, a observação do espírito que produz a obra e a observação do espírito que produz algum valor para esta obra. Não há olhar capaz de observar ao mesmo tempo essas duas funções; produtor e consumidor são dois sistemas essencialmente separados. A obra para um é o *termo*; para o

outro, a *origem* de desenvolvimentos que podem ser tão estranhos entre si se quisermos” (Valéry, 1991:191).

A essa diferença entre a produção e o consumo da obra, Valéry chamou *desmedida*. De certo modo, essa concepção traz em si certos pressupostos das teorias da recepção, que advogam a existência de certas variáveis (cultura, ideologia, competência discursiva, cooperação interpretativa, por parte do leitor) que permitem a diferenciação da produção e do consumo da obra/texto. Vários autores tratam, cada qual ao seu modo, dessa questão (Iser e Jauss, de um lado, Barthes, Kristeva e Eco, de outro, Van Dijk correndo por fora...).

Genette também contribui para essa discussão, mas em outros termos. Ele sabe que a leitura depende tanto da competência do leitor quanto das circunstâncias históricas que acabam por determinar a recepção de um texto. Ilustremos com um exemplo do próprio estudioso: “os longos poemas narrativos como a epopéia não são mais quase percebidos hoje como relevantes da ‘poesia’, cujo conceito pouco a pouco se restringiu até se identificar com o de poesia lírica” (Genette, 1982:12). Porém, ele sabe também da existência de outros fatores, ditos *transtextuais*.

Para Genette, os textos sempre se inserem numa rede de relações textuais ora visíveis ora invisíveis, e que influenciam (n)a leitura. A competência do leitor está no fato de conseguir, dentre outros aspectos inerentes do ato da leitura, perceber se e como um texto está relacionado com um outro. A percepção ou não dessa ligação transtextual não impede a leitura, apenas proporciona uma leitura diferente (longe de entrarmos, aqui, numa discussão antiquada entre as “leituras certas e erradas”, tão em voga entre certos professores e autores).

Devemos lembrar que o conceito de transtextualidade parece remeter diretamente ao conceito de *intertextualidade*, desenvolvido inicialmente no início do século XX com

O autor é Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, jornalista e professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará.

Mikhail Bakhtin e resgatado em fins dos anos 60 por Julia Kristeva em sua *Introdução à Semântica*. A diferença é que, nesses autores, intertextualidade é uma característica das relações textuais nas quais há a presença de um texto em outro.

A transtextualidade é um conceito mais amplo. Os estudos de Genette sobre este campo começaram em 1979, em *Introduction à l'Architexte*; desenvolveram-se e ganharam maior profundidade em *Palimpsestes - la littérature au second degré*, de 1982; e prosseguiram com *Seuils*. O cerne de sua análise (ainda em construção, pelo jeito) é a idéia de que existem cinco tipos de relações distintas entre os textos:

- a) intertextualidade: relação de presença de um texto em outro (conforme o conceito em Bakhtin e Kristeva), em forma de citação, alusão ou plágio;
- b) hipertextualidade: relação de derivação de um texto (hipertexto) a partir de outro (hipotexto), em forma de paródia, pastiche, imitação etc. Exemplo: o *Ulisses* de Joyce que foi construída a partir da *Odisséia* de Homero;
- c) metatextualidade: relação na qual um texto comenta ou explica outro (crítica, explicação, comentário etc.);
- d) paratextualidade: relação de acompanhamento de um texto em relação a outro. É o caso dos títulos, nome do autor, prefácio, posfácio, epígrafe, dedicatória etc.;
- e) arquitextualidade: estruturação ou forma de enunciação específicas de um dado estilo ou gênero discursivo e/ou narrativo, que faz com que percebamos, através de sua "arquitetura", a sua categoria (romance, poesia, texto jornalístico), sem levar em conta o seu conteúdo. Pense-se, aqui, nos famosos *Exercices de Style* de Raymond Queneau.

Apesar da resumida exposição do conjunto de idéias de Genette, vale lembrar sua tendência a evitar as características deterministas e cartesianas do ato da leitura (criticadas por nós há pouco). Ou seja: não há texto construído transtextualmente por alguém que possa vir a ser consumido nos mesmos moldes de sua produção. Assim, ao reiterar a natureza reticular dos textos, Genette nos faz lembrar que existem hierarquias e relações de poder nas articulações desses textos, o que de certo modo nos remete mais uma vez às teorias bakhtinianas segundo as quais não há discurso e palavras "neutros", mas sim considerados em termos de sua situação de enunciação e interação, das posições sociais dos agentes enunciadores e das convergências ou divergências ideológicas daí decorrentes.

A análise paratextual (o objeto de estudos de *Paratexts*) não tem início com Genette. Em 1972, na obra *La Dissémination*, o filósofo francês Jacques Derrida já se detinha no que chamava de "hors livre", discutindo especificamente o que era um prefácio. Outros autores trabalharam questões semelhantes ao longo dos anos 70 (A. Compagnon, L. Mailhot, C. Duchet, H. Mitterand), mas principalmente do ponto-de-vista histórico. Genette, porém, inaugura uma fase de estudos referentes à estruturação desses paratextos, bem como a sua classificação, como já havia

feito com os intertextos (citações, alusões, plágios) e hipertextos (paródias, pastiches). O que o motiva para essa análise é a força ilocucionária desses textos, nos termos em que o conceito é proposto por J. L. Austin.

Essa força, de certo modo, é reflexo daquilo que Derrida já havia questionado no que chama de *paleonímia*, ou seja, "por que reter, durante um determinado tempo, um nome antigo? Por que amortecer na memória os efeitos de um sentido, de um conceito ou de um assunto novos?" (Derrida, 1993: 9). Porém, o próprio Derrida lembra que os prefácios, bem como os preâmbulos, introduções, prolegômenos e outros textos do gênero são sempre escritos tendo em vista o seu próprio esvaziamento, sendo que essa operação sempre deixa um *traço*, uma *marca*, que se ajusta ao texto subsequente (Derrida, 1993:15). É um dos princípios da *disseminação*, ou seja, da não-individualização do texto, de perda de fronteiras, da heterogeneidade das matérias textuais. A análise de Genette segue na direção dessa potencialidade disseminatória do paratexto para o texto "propriamente dito".

Poderíamos dizer, nestes termos, que o paratexto é o lugar de uma *insignificância significante*, pois a importância recai sobre a "obra" (o texto jornalístico, o romance, a foto, a tela), e nunca sobre ele próprio (a manchete, o título, a legenda). É como se essa insignificância significasse de modo invisível, como que inexistente; porém, sempre significativa (conforme lembra a *nouvelle communication*, "não há nada que não possa não comunicar algo").

Como já dissemos, a diferença da análise genettiana é seu caráter de sistematização. Ele distingue dois responsáveis pelo controle dos paratextos: o autor e o editor. A atividade destes, por sua vez, implica no *peritexto* (a "periferia do texto", conforme chama Philippe Lane) e no *epitexto* (o "inchaço" espacial, o ganho de volume da matéria textual original, originando novos textos). O peritexto é quase sempre uma atividade autoral; é o autor quem controla a assinatura da obra, o seu título, intertítulos, epígrafes, dedicatórias, notas etc. O epitexto tende a ser uma atividade editorial (capa, catálogo de apresentação, inserção numa coleção, publicidade etc.). Ainda segundo Genette, o epitexto pode ser público (comentários pessoais do autor, obras auto-explicativas, respostas, réplicas) ou privado (correspondências, diários, confidências).

Em *Paratexts*, o autor dedica-se meticulosa e volumosamente aos peritextos autorais, nos quais a intenção de tentar controlar a informação é de exclusividade do autor, *a priori* fora da alçada do editor (para uma análise detalhada da atividade paratextual editorial, ver Lane, 1992, e Nyssen, 1993). E, ainda que o trabalho de Genette seja extenso (mais de 400 páginas), há que se reconhecer a sua cuidadosa sistematização: ao lembrar da força ilocucionária desses paratextos, dessa força paleonímica que adere à nossa mente, ele acaba por recolocar o próprio texto em seu devido lugar. Em suma: que o sentido do texto também

é exterior e anterior a ele próprio (do ponto-de-vista do leitor, ressalte-se), e tende cada vez mais a ocorrer a partir dessa exterioridade.

Ao considerar a natureza reticular das matérias textuais, Genette acaba por redefinir o próprio conceito do que seja texto e, muito antes da popularização crescente da Internet, aproxima-o do conceito sugerido pelo estudioso francês Pierre Lévy em *O Que é o Virtual?*: o de que, assim como não há a terra ou a água, mas apenas *terra* e *água*, caminhamos para não ter mais o texto, mas apenas *texto*.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J.L. *Quando Dizer é Fazer - palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- DERRIDA, Jacques. *La Dissémination*. Paris, Seuil, 1993.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes - la littérature au second degré*. Paris, Seuil, 1982.
- LANE, Phillipe. *La Périphérie du Texte*. Paris, Nathan, 1992.
- LÉVY, Pierre. *O Que é o Virtual?* São Paulo, Ed. 34, 1996.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal - da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- NYSSSEN, Hubert. *Du Texte au Livre, les Avatars du Sens*. Paris, Nathan, 1993.
- VALÉRY, Paul. *Varietades*. São Paulo, Iluminuras, 1991.
- ZUNZUNEGUI, Santos. *Pensar la Imagen*. 3. ed., Madri, Catedra/Universidad del Pais Vasco, 1995.